

PROJETO DE LEI N.º 1904/24: “É PELO DIREITO À VIDA”¹. À VIDA DE QUEM?

DRAFT LAW N.º 1904/24: “IT IS FOR THE RIGHT TO LIFE”. WHOSE LIFE?

FACTURA NÚM. 1904/24: “ES POR EL DERECHO A LA VIDA”. ¿A QUIÉN VIDA?

Maria Victoria Costa Nogari

Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Estado do Paraná.
Assessora Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Curitiba,
Paraná, Brasil. E-mail: mariacnogari@gmail.com

Ivan Navarro Zonta

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná,
Brasil. E-mail: ivanzonta.adv@gmail.com

RESUMO

Em postura reativa aos avanços progressistas em matéria de sexualidade e reprodução no Brasil, foi editado o Projeto de Lei n.º 1904/24, para alterar o Código Penal e equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nas hipóteses atualmente permitidas, como em gravidez resultante de estupro. Este artigo tem por objetivo analisar a constitucionalidade do PL pela regra da proporcionalidade de Robert Alexy, método de raciocínio jurídico-constitucional nos pilares adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. A metodologia utilizada foi pesquisa teórica de revisão bibliográfica e o método dedutivo. Sob a perspectiva da adequação, constatou-se que restrições legais ao aborto não reduzem sua incidência, apenas contribuem para aumento dos riscos de realização de procedimentos clandestinos inseguros, colocando em perigo a vida e a saúde das pessoas mais vulneráveis. O PL também é desnecessário, pois não busca compreender os diversos fatores que levam à realização do procedimento após o marco temporal delimitado, impondo restrição descomunal e grave discriminação, havendo outros meios menos gravosos e recomendados internacionalmente para assegurar os fins enunciados pela proposta. O PL também é desproporcional em sentido estrito, pois seus fundamentos não justificam a intensa restrição à dignidade da pessoa humana, à liberdade, à igualdade, à proibição de tortura ou tratamento desumano e degradante, à saúde e ao planejamento familiar e aos direitos sexuais e reprodutivos das meninas, mulheres

¹ O título é uma alusão aos proponentes e apoiadores do Projeto de Lei n.º 1904/2024, que se auto-denominam “*pró-vida*”. Ver: AZEVEDO, Victoria; HOLANDA, Marianna. 'Se não quiserem votar esse, votamos o Estatuto do Nascituro', diz autor de PL Antiaborto por Estupro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 de junho de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equlibrio-e-saude/2024/06/autor-do-pl-antiaborto-por-estupro-diz-que-proposta-vai-a-voto-mas-parlamentares-recuam-apos-pessao.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

e pessoas que gestam. A conclusão, portanto, é pela inconstitucionalidade do PL 1904/24.

Palavras-chave: Aborto. Antiaborto. Estupro. Homicídio. Projeto de Lei n.º 1904/24.

ABSTRACT

As a reaction against the progressive advancements on matters of sexuality and reproduction in Brazil, Draft Law n.º 1904/24 proposes changes to the Criminal Code to equate abortion after 22 weeks of pregnancy to the crime of homicide, including the currently permitted instances, such as pregnancy resulting of rape. This study aims to analyze the Draft's constitutionality in accordance to Robert Alexy's rule of proportionality, the legal-constitutional reasoning method based on the pillars of suitability, necessity and proportionality in the narrower sense. The used methods were literature research and deductive reasoning. On the suitability perspective, the conclusion is that legal restrictions on abortion fail to reduce its occurrence, and only raise the risks of unsafe clandestine procedures, endangering the life and health of more vulnerable persons. The Draft is also unnecessary, because it does not seek to comprehend the multiple factors leading to the procedure's occurrence after the established time limit, imposing uneven and grave social discrimination, while other internationally recommended and less grave alternatives can be used to reach the proposal's declared objectives. The Draft is also disproportional in the narrower sense, given that its reasons do not justify the considerate restrictions on human dignity, freedom, equality, prohibition of torture and inhuman treatment, health, parental planning and sexual and reproductive rights of girls, women and pregnant persons. So, the conclusion is for the unconstitutionality of Draft Law n.º 1904/24.

Keywords: Abortion. Antiabortion. Homicide. Draft Law n.º 1904/24.

RESUMEN

En una actitud reactiva a los progresivos avances en materia de sexualidad y reproducción en Brasil, se publicó el Proyecto de Ley nº 1904/24, que modifica el Código Penal y equipara el aborto después de las 22 semanas de gestación al delito de homicidio simple, incluso en los casos actualmente permitidos, como el embarazo fruto de violación. Este artículo tiene como objetivo analizar la constitucionalidad de la PL a partir de la regla de proporcionalidad de Robert Alexy, un método de razonamiento jurídico-constitucional basado en los pilares de adecuación, necesidad y proporcionalidad en sentido estricto. La metodología utilizada fue la investigación teórica de revisión bibliográfica y el método deductivo. Desde una perspectiva de adecuación, se encontró que las restricciones legales al aborto no reducen su incidencia, sino que sólo contribuyen a aumentar el riesgo de que se realicen procedimientos clandestinos inseguros, poniendo en riesgo la vida y la salud de las personas más vulnerables. El proyecto de ley también es innecesario, pues no busca comprender los diversos factores que llevan a que el procedimiento se realice fuera del plazo definido, imponiendo restricciones desproporcionadas y discriminaciones graves, dado que existen otros medios

menos onerosos e internacionalmente recomendados para assegurar los fines previstos en la propuesta. El proyecto de ley también es desproporcionado en sentido estricto, pues sus fundamentos no justifican la intensa restricción a la dignidad humana, la libertad, la igualdad, la prohibición de la tortura o tratos inhumanos o degradantes, la salud y la planificación familiar y los derechos sexuales y reproductivos de las niñas, las mujeres y las embarazadas. La conclusión, por tanto, es que el proyecto de ley 1904/24 es inconstitucional.

Palabras clave: Aborto. Antiaborto. Violación. Asesinato. Proyecto de ley N° 1904/24.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema do aborto é inegavelmente complexo e escrever sobre ele não poderia ser diferente. Invoca pontos extremamente sensíveis à sociedade, na medida em que suscita uma pluralidade de opiniões dissonantes, sendo boa parte delas amparadas em convicções morais e religiosas, o que torna o assunto ainda mais delicado. Apesar disso, são evidentes a atualidade e a constante necessidade de debater sobre o aborto, sobretudo diante de um cenário de possível retrocesso de direitos nessa esfera.

Em nítida postura reativa à movimentação em prol da descriminalização do aborto até a 12.^a semana pela Suprema Corte por meio da ADPF n.º 442/DF, assiste-se a uma articulação política de setores religiosos e conservadores do país. Esses setores visam a formar uma agenda compartilhada voltada a restaurar e fortalecer o imaginário de seus propositores de “*família tradicional brasileira*”, para o qual a legalização do aborto se afigura como prática inadmissível – sob qualquer hipótese.

Trata-se de uma nova onda conservadora, intitulada de “*neoconservadorismo*”, cuja peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos.² No centro desse fenômeno está o ativismo conservador evangélico, formado por atores que integram órgãos democráticos, sobretudo no âmbito do Poder

² LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora ZOUK, 2019.

Legislativo, compondo bancadas e outras frentes voltadas a aprovar propostas legislativas e políticas públicas que correspondam ao modo de vida que propugnam.

Essa atuação política pode ser visualizada desde a midiática de casos em que se aplicam as hipóteses de aborto legal, tais como os decorrentes de estupro, até pelas próprias propostas de lei apresentadas pelos parlamentares desde muito tempo. A título ilustrativo, em 2007, ganhou repercussão o Estatuto do Nascituro (Projeto de Lei n.º 478/2007), de autoria de Luiz Bassuma - PT/BA, que propõe a proibição do aborto legal em casos de estupro, prevendo espécie de " *pensão*" ao filho gerado nessas circunstâncias.

Mais recentemente, a mesma pauta foi ressuscitada (ou talvez nunca tenha morrido), com o Projeto de Lei n.º 1904/24, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ) e outros, protocolizado na Câmara dos Deputados em 17/05/2024. Esse Projeto propõe alterações ao Código Penal para equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples (art. 121, CP), inclusive nas hipóteses atualmente permitidas naquela legislação, isto é, nos casos de gravidez resultante de estupro.

O presente artigo propõe-se, por meio da técnica de pesquisa teórica de revisão bibliográfica e da adoção do método dedutivo, a examinar a constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 1904/24 a partir da regra da proporcionalidade de Robert Alexy, como método do raciocínio jurídico-constitucional, desenvolvida sob três pilares – adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

A primeira seção tem por objetivo apresentar aspectos informativos gerais quanto à propositura do Projeto de Lei n.º 1904/24. Na seção subsequente, passa-se a analisar se o Projeto é adequado aos fins que se propõe; se é necessário, por haver (ou não) outros meios menos gravosos para se chegar à mesma finalidade; e, finalmente, se é proporcional (em sentido estrito), analisando se seus fundamentos possuem peso suficiente para justificar a limitação aos direitos colidentes. Ao final, são apresentadas considerações conclusivas pela inconstitucionalidade da referida proposta legislativa.

O PROJETO DE LEI N.º 1904/2024

Em 17 de maio de 2024, foi protocolizado o Projeto de Lei n.º 1904/24, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ). O parlamentar é líder Evangélico na Assembleia de Deus e formado em Teologia, e está em seu terceiro mandato. O Deputado atualmente ocupa o cargo de 2.º Vice-Presidente da Câmara, onde também foi presidente da Frente Parlamentar Evangélica, conhecida como a Bancada da Bíblia.³

O Projeto de Lei – conhecido como “*PL do Aborto*” – propõe alterações no Código Penal para equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nas hipóteses permitidas legalmente, quais sejam, o aborto para salvar a vida da gestante e a gravidez decorrente de estupro (art. 122 do CP).

Atualmente, os crimes de aborto tipificados nos arts. 124 e 126 do Código Penal têm respectivamente as penas de 1 a 3 e 1 a 4 anos de reclusão. Ao equiparar a homicídio simples o aborto realizado após a 22.ª semana de gestação, a pena passará a ser de 6 a 20 anos de reclusão (art. 121, CP). Essa pena é maior que a cominada ao estupro, que varia entre 6 a 10 anos de reclusão (art. 213, CP). Desse modo, a vítima do crime sexual, se condenada por praticar o aborto tardiamente, poderia ter uma pena mais grave que a do próprio estuprador.

A justificativa do Projeto apresenta basicamente os seguintes fundamentos: (i) há Notas Técnicas do Ministério da Saúde de que no caso de estupro o aborto pode ser realizado apenas até a 20.ª semana de gestação; (ii) embora o Código Penal não limite a idade gestacional para realização do aborto em caso de estupro, pela inserção do tipo penal no título “*Dos Crimes contra a Pessoa*” denota-se que o nascituro é concebido pelo legislador como pessoa, no sentido jurídico do termo; (iii) a “*exclusão da punibilidade*” apenas seria cabível quando as consequências do ato são tão danosas ao agente que se torna desnecessária a aplicação da punição,

³ CARMO, W. Quem é Sóstenes Cavalcante, autor do PL que equipara o aborto legal ao homicídio. **Carta Capital**, 13 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-sostenes-cavalcante-autor-do-pl-que-equipara-o-aborto-legal-ao-homicidio/>. Acesso em 20 jul. 2024.

tal como prevê o §5.º do art. 121 do CP; (iv) o direito à vida, conferido desde à concepção, é inerente ao ser humano e não depende de reconhecimento legal, e é o pressuposto do qual derivam as democracias modernas.

O PL foi apresentado à Mesa da Câmara dos Deputados em 17/05/2024, mas inicialmente não foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), responsável por analisar os “*aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões*” (art. 32, IV, “a”, Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

No dia 04/06/2024, o Deputado Eli Borges (PL/TO) apresentou o Requerimento de Urgência n.º 1861/2024, solicitando a tramitação do Projeto de Lei em regime de urgência no plenário da Câmara sob o argumento de “*relevância e inadiável interesse nacional da matéria*”, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em 12/06/2024, o aludido Requerimento (n.º 1861/2024) foi aprovado em votação simbólica pelo Plenário, isto é, sem voto nominal, sem que antes fosse submetido à análise das comissões de mérito da Câmara dos Deputados, nem ter sido oportunizada a participação da sociedade civil e das instituições públicas no debate acerca da matéria⁴.

Desde então, foram apresentados requerimentos de arquivamento pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), e requerimento de designação de audiência pública pela Deputada Chris Tonietto (PL/RJ).⁵

Por fim, em 14/08/2024, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família aprovou o pedido de realização de audiência pública da Deputada Chris Tonietto (PL/RJ). A deputada propôs alegado debate

⁴ Trecho da sessão em que ocorreu a votação em:
<https://www.youtube.com/watch?v=xGsO3kJI2K4>.

⁵ XAVIER, L. G. Projeto sobre aborto será debatido por comissão no segundo semestre, afirma Lira. **Agência Câmara de Notícias**, 18 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1074439-PROJETO-SOBRE-ABORTO-SERA-DEBATIDO-POR-COMISSAO-NO-SEGUNDO-SEMESTRE,-AFIRMA-LIRA>. Acesso em: 20 jul. 2024.

aberto e maduro quanto ao projeto, o qual, segundo a Deputada, “surge justamente para fazer frente a esta escalada da cultura da morte”.⁶

Inconstitucionalidade do Projeto de Lei n.º 1904/2024

O tema do aborto, a partir do recorte do Projeto de Lei n.º 1904/24, delinea um cenário de evidente colisão de direitos. Para casos como esse, Robert Alexy desenvolveu um conjunto de parâmetros instrumentais visando a assegurar objetividade e racionalidade para a tomada de decisão, reunidos sob o que denominou de “*proporcionalidade*”.⁷

Assim, recorre-se à regra da proporcionalidade como método de raciocínio jurídico-constitucional a fim de solucionar possível conflito de interesses ou direitos fundamentais, a partir de sua tríplice filtragem – adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Inadequação

O subprincípio da *adequação* é um exame absoluto – não comparativo – que permite avaliar se o meio escolhido é apto a alcançar o objetivo pretendido. A “*aptidão*” do meio adotado não significa que o objetivo pretendido será completamente realizado com sua aplicação, e sim que a medida estatal contribuirá para fomentar a realização daquele objetivo. Assim, o meio será inadequado quando não for apto a promover a realização do objetivo aspirado.⁸

No caso, o meio escolhido pelo Projeto de Lei n.º 1904/2024 é o aumento da pena em caso de aborto a partir da 22.^a semana de gestação, alcançando inclusive a hipótese permitida legalmente de gravidez resultante de estupro. O objetivo alegadamente perseguido pela proposta é a proteção da vida intrauterina,

⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento de Audiência Pública pela Deputada Federal Chris Tonietto (PL/RJ) no PL 1904/2024. 21/06/2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2441468&filename=Tramitacao-PL%201904/2024. Acesso em 01/12/2024.

⁷ MARRAFON, M. **Hermenêutica, Sistema Constitucional e Aplicação do Direito**. 2.^a ed. Florianópolis: EMais, 2018.

⁸ SILVA, L. V. A. O proporcional e o razoável. **RT**, São Paulo, ano 91, n. 798, p. 23-50, abr. 2002.

especialmente a partir desse marco temporal. Logo, a primeira questão que se coloca é se o recrudescimento penal proposto é meio apto a coibir o ato, de modo a promover a proteção daquele bem jurídico. Este estudo conclui que não.

No Brasil, em 2015, meio milhão de mulheres praticou aborto, segundo a *Pesquisa Nacional do Aborto 2016*. Aos 40 anos, 1 em cada 5 mulheres já fez ao menos um aborto. Isso corresponde a aproximadamente uma mulher por minuto, 57 por hora, e 1300 mulheres por dia.⁹

A grande quantidade de abortos voluntários constatada pela pesquisa supracitada – não obstante a ausência de outra pesquisa mais recente com a mesma abrangência – revela que a repressão penal tem se demonstrado ineficiente para fomentar o objetivo pretendido, qual seja, a proteção da vida intrauterina. Se a atual criminalização do aborto não tem impedido a sua prática, é desarrazoado supor que o maior rigor na pena por si só teria o condão de reprimir mais significativamente a conduta proibida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, reconhece que a imposição de restrições legais ao aborto não reduz a sua incidência.¹⁰ Com efeito, o cenário proibitivo apenas contribui para o aumento dos riscos associados aos procedimentos clandestinos e inseguros, colocando em perigo a vida e a saúde das mulheres, especialmente as mais socialmente vulneráveis, na medida em que as priva de acesso a procedimento seguro e realizado conforme padrões técnicos adequados.

Em igual sentido, no Relatório Temático intitulado "*Violencia y discriminación contra mujeres, niñas y adolescentes: Buenas prácticas y desafíos en América Latina y en el Caribe*",¹¹ a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) advertiu que o cenário absolutamente proibitivo de aborto enseja o aumento da mortalidade materna devido à ausência de mecanismos legais e seguros para a

⁹ DINIZ, D.; MEDEIROS, M. MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Cien. Saúde Coletiva**, v.22, n.2, p. 653-660, 2017.

¹⁰ WHO (2022). **Abortion care guideline**. World Health Organization. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/349316/9789240039483-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 jul. 2024.

¹¹

realização do procedimento, o que faz com que meninas e mulheres se submetam a práticas perigosas e letais, sejam vítimas de emergências obstétricas graves ou ainda sejam obrigadas a seguir com uma gestação indesejada ou de risco, gerando sofrimentos físicos e psicológicos prolongados.

No caso da gravidez resultante de estupro, o maior rigor na pena delinea um cenário ainda mais grave que a ausência de efetividade da repressão penal. Com a proposta de alteração da pena, a vítima de estupro que realizasse aborto após a 22.^a semana de gestação poderia ter pena maior que do seu estuprador. A solução é claramente desmedida e avulta a *inadequação* do meio utilizado aos fins a que se propugna.

Desnecessidade

O subprincípio da *necessidade* obriga a realização de um exame comparativo. Uma medida estatal é considerada necessária caso a realização do objetivo perseguido não possa ser promovida por outro meio menos gravoso e de igual eficiência. Entende-se como “*meio menos gravoso*” aquele que limite em menor grau o direito fundamental atingido (Silva, 2002).

Ao aplicar esse segundo filtro do princípio da proporcionalidade, conclui-se que existem diversas políticas públicas passíveis de realização pelo Estado que protegem a vida intrauterina de modo mais eficiente, no que concerne à redução do número de abortos voluntários, e que restringem em menor intensidade os direitos colidentes.

Vale-se aqui da perspectiva do constitucionalismo feminista, segundo a qual o Estado deve incorporar uma visão de gênero tanto na elaboração quanto na interpretação e aplicação das normas constitucionais, com objetivo de garantir a igualdade substancial entre homens e mulheres. Conforme esclarece Melina Fachin:

[...] esse enfoque reconhece as diferenças contextuais e históricas que afetam as mulheres, buscando promover a justiça social e eliminar discriminações estruturais”, de forma que “o direito à igualdade, garantido pela Constituição Federal de 1988, requer que as leis sejam formuladas e

aplicadas de modo a respeitar as necessidades e direitos específicos das mulheres.¹²

Desse modo, a consolidação de uma igualdade mais substancial se sobrepõe às noções de igualdade formal e material, partindo da visibilização das diferenças e abandonando o falso pressuposto de que todos supostamente têm o mesmo ponto de partida.¹³ Nesse sentido, a adoção de uma perspectiva interseccional é pilar teórico que ampara o constitucionalismo feminista, ou seja, atenta aos múltiplos eixos de opressão que se congregam, sejam eles de gênero, de raça, de classe e outros.¹⁴ A interseccionalidade funciona, pois, como uma lente analítica que permite pensar as identidades e sua relação com o poder e outros fenômenos sociais.¹⁵

Nessa perspectiva, uma abordagem interseccional reconhece que a desigualdade não é resultado de um único fator, mas decorre da interação entre os vários sistemas de poder, relacionados a gênero, classe, raça, etnia, idade, religião, nacionalidade, dentre outros. Portanto, estes devem ser compreendidos por uma lógica de interdependência e mutualidade, de modo que as categorias de análise (raça, gênero, classe...), não existem em suas formas puras, já que adquirem significado em relação umas às outras pela adoção de uma visão interseccional.¹⁶

Essa abordagem é essencial para o tema deste artigo, pois o Projeto de Lei n.º 1904/24 observa a prática do aborto apenas a partir de lentes de gênero, como se a questão se resumisse a uma mera limitação à autonomia reprodutiva de

¹² FACHIN, M. G. Projeto do aborto: mil passos para trás nos direitos reprodutivos da mulher. **Estadão**, 15 de junho de 2024, p. 2. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/projeto-do-aborto-mil-passos-para-tras-nos-direitos-reprodutivos-da-mulher/>. Acesso em 20 jul. 2024.

¹³ PIOVESAN, F.; FACHIN, M.G. **Diálogos sobre o feminino**: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do Sistema Interamericano. In: NOWAK, Bruna (org.). **Constitucionalismo feminista**. Salvador: JusPodivm, 2018.

¹⁴ DA SILVA, C. O. P. Por uma dogmática constitucional feminista. **Suprema: Revista de Estudos Constitucionais**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-189, jul./dez. 2021.

¹⁵ CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, p. 139-167, 1989.

¹⁶ COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

peçoas que gestam, em prol de um bem supostamente maior: a vida por elas gestadas. Segundo a lógica dos seus proponentes e apoiadores, ultrapassado o período de 22 semanas, se a gestante não quisesse ser mãe, bastaria “*aguentar mais um pouquinho*”¹⁷ e entregar o bebê para adoção depois do parto. Uma perspectiva reducionista como esta acaba por negligenciar a necessária abordagem interdisciplinar sobre a realidade complexa que circunda o assunto.

Nesse aspecto, o Projeto de Lei n.º 1904/24 ignora que a criminalização do aborto após as 22 semanas de gestação nos casos atualmente autorizados pela legislação penal, bem como o agravamento substancial da pena em tal hipótese, incidirá de forma mais intensa sobre a população mais vulnerabilizada.

Dados da Pesquisa Nacional do Aborto e Desigualdades Sociais (2023), com estudos coordenados pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), apontam que as mulheres negras se hospitalizam mais por aborto do que as de cor branca, sendo também o público com maior frequência de gestantes adolescentes.¹⁸ No mesmo sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro registrou, entre os anos de 2009 e 2018, 721 mortes maternas decorrentes de aborto, sendo que, a cada 10 mulheres que vieram a óbito, 6 eram pretas ou pardas.¹⁹

Portanto, os dados estatísticos revelam que as mulheres negras e pobres compõem o grupo que está mais sujeito à morte em decorrência do aborto. As razões são de diferentes ordens, desde fatores econômicos que levam ao uso de métodos de alto risco de morte, diante da impossibilidade de pagamento de um procedimento seguro com assistência médica, até obstáculos de natureza geográfica.

¹⁷ A expressão é uma alusão ao caso da menina catarinense, vítima de violência sexual, que, ao pedir autorização judicial para realização do aborto legal, foi questionada pela juíza e promotora do caso se “*aguentaria ficar mais um pouquinho*”, com o intuito de prorrogar a gestação: GUIMARÃES, P.; LARA, B.; DIAS, T. ‘Suportaria ficar mais um pouquinho?’. **The Intercept Brasil**, 20 de junho de 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>. Acesso em 20 jul. 2024.

¹⁸ LEAL, M. C.; et al. Protocolo do Nascer no Brasil II: Pesquisa Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento, **Cadernos de Saúde Pública**, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2024.v40n4/e00036223/pt>. Acesso em 20 jul. 2024

¹⁹ BOMFIM, V. V. B. S; et al. Mortalidade por aborto no Brasil: Perfil e evolução de 2000 a 2020. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 7, p. 01-08, 2021.

Em relação às mulheres que moram em locais distantes dos grandes centros, sem hospitais ou postos de saúde próximos, o direito de interrupção da gestação nas primeiras 22 semanas pode se mostrar impraticável. Segundo pesquisa realizada em 2019, a oferta de aborto legal está disponível em apenas 3,6% dos municípios brasileiros, concentrados na Região Sudeste (40,5%), com mais de 100 mil habitantes (59,5%) e de IDH-M alto ou muito alto (77,5%).²⁰ O reduzido número de unidades de saúde que realizam o procedimento e a desigualdade de sua distribuição no país obriga as gestantes a se deslocarem por grandes distâncias até um hospital de referência, aprofundando a dificuldade de acesso ao serviço.

Além da restrição do abortamento seguro a poucos estabelecimentos concentrados em grandes centros urbanos, há outros obstáculos impostos na vida dessas mulheres que podem inviabilizar a realização do procedimento até o marco temporal colocado pelo Projeto de Lei. A dificuldade de meninas passando pela puberdade na identificação da gestação, o desconhecimento sobre as permissões legais de aborto, a imposição de barreiras pelo próprio sistema de saúde (objeção de consciência, exigência indevida de boletim de ocorrência, autorização judicial e outros documentos²¹) a falta de autorização dos representantes legais (que em muitos casos são seus próprios abusadores) e os entraves postos pelo sistema de justiça são exemplos de circunstâncias que podem levar à procura pelo aborto após a 22.^a semana de gravidez. Casos recentes de meninas grávidas em decorrência de violência sexual que tiveram dificuldade em realizar o aborto legal ganharam notoriedade da imprensa e bem ilustram esses obstáculos²².

²⁰ JACOBS, M. G.; BOING, A. C.. O que os dados nacionais indicam sobre a oferta e a realização de aborto previsto em lei no Brasil em 2019? **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 12, p. 1678-4464, 20 dez. 2021.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KBWb-tPcQww6KYSSGhYJ9YxG/?lang=pt#>. Acesso em 20 jul. 2024.

²¹ Além da autorização dos responsáveis legais para os menores de 18 anos, é frequente a cobrança indevida de documentos como boletim de ocorrência ou autorização judicial para que se acesse o direito ao aborto legal. Em pesquisa de 2016, identificou-se que documentos como boletim de ocorrência, laudo pericial e alvará judicial foram indevidamente solicitados por 14%, 8% e 8% dos serviços pesquisados, respectivamente (Madeiro; Diniz, 2016).

²² Ver: MOURA, L. Menina de 11 anos faz aborto legal após ser estuprada por padrasto no Piauí: 'ela queria sua vida de volta', diz conselheira. **G1**, 05 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/05/05/menina-de-11-anos-faz-aborto-legal-apos-ser->

Ademais, meninas vítimas de violência sexual são as que demoram mais para perceber e pedir auxílio, bem como a identificar uma gravidez decorrente de estupro e a chegar aos serviços de saúde. De acordo com o 17.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança, o Brasil registrou cerca de 75 mil casos de estupro; mais da metade (56.820) são estupros de vulnerável, ou seja, crimes praticados contra menores de 14 anos. Os dados ainda revelam que 57% eram negras, 42,3% são brancas, 0,5% indígenas, 0,4% amarelas. Além disso, 68% dos estupros ocorreram na residência das vítimas, sendo que em 64% dos casos, os autores eram seus familiares.²³ Disso se extrai que as principais vítimas de estupro no Brasil são meninas negras menores de 14 anos e que sofreram a violência sexual por algum de seus familiares.

Por tais razões, conclui-se que o PL n.º 1904/24 afeta sobremaneira aquelas que mais necessitam do procedimento de aborto legal e mais enfrentam dificuldades para acessá-lo, sem considerar todo o cenário de violência e vulnerabilidades em que estão inseridas, cujos diversos fatores acima mencionados acarretam o abortamento fora daquela limitação temporal imposta. Não suficiente, criminaliza a vítima de violência sexual que realiza esse procedimento após a 22ª semana a uma pena máxima de 20 anos, equiparada à pena de homicídio.

Conforme exposto, o direito à igualdade substancial, sob aquele viés do constitucionalismo feminista, demanda que no âmbito da produção legislativa e da

[estupradapor-padrasto-no-piaui-ela-queria-sua-vida-de-volta-diz-conselheira.ghtml](#). Acesso em 20 jul. 2024;

MORI, L. As falhas em rede de proteção à infância no caso da menina de 12 anos grávida pela 2ª vez. **BBC News**, 14 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce57yx0p70mo#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20deste%20m%C3%AAs%2C%20um,foi%20cometido%20por%20um%20tio>. Acesso em 20 jul. 2024; AUDI, A. A saga de uma vítima de violência para conseguir o aborto legal. **Agência Pública**, 07 de março de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/a-saga-de-uma-vitima-de-violencia-para-conseguir-o-aborto-legal/>. Acesso em 20 jul. 2024; Sobre o caso da menina catarinense, vítima de violência sexual, que, ao pedir autorização judicial para realização do aborto legal, foi questionada pela juíza e promotora do caso se “*aguentaria ficar mais um pouquinho*”, com o intuito de prorrogar a gestação: GUIMARÃES, P.; LARA, B.; DIAS, T.. ‘Suportaria ficar mais um pouquinho?’. **The Intercept Brasil**, 20 de junho de 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>. Acesso em 20 jul. 2024.

²³ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 20 jul. 2024.

aplicação da lei sejam respeitadas as necessidades e direitos específicos das meninas e mulheres, sem afastar os recortes de raça, de classe e outros.

O Projeto de Lei n.º 1904/24 viola essa noção de igualdade substancial, na medida em que ignora uma série de determinantes acima expostas que levam ao aborto tardio²⁴, impondo mais um obstáculo para se somar a todos os outros, qual seja, a imposição de uma pena desproporcional passado o período gestacional de 22 semanas.

Ainda, toda essa violação de direitos é operada sem considerar que há outros meios menos gravosos e mais efetivos para proteger a vida intrauterina, fim alegadamente pretendido pela proposta legislativa.

Programas de prevenção em saúde coletiva desempenham papel importante na minimização de gestações indesejadas e na interrupção de gestações resultantes de estupro no período inicial da gestação. A carência de informação e educação sexual, a utilização de métodos contraceptivos pouco efetivos diante da dificuldade de acesso a métodos contraceptivos de longa duração, a falta de programas de planejamento familiar²⁵, são questões fundamentais de serem consideradas quando se trata de aborto.

Esses programas devem ser implementados e disponibilizados de modo universal, a fim de garantir que crianças, adolescentes e adultos, independentemente de sua condição, tenham seus direitos protegidos, propiciando o exercício da sexualidade e da reprodução de modo saudável, livre e responsável, sem qualquer tipo de imposição, violência ou discriminação. Desse modo, é importante que sejam visibilizados os recortes identitários presentes no fenômeno do aborto, tais como raça, classe e idade, a fim de desenvolver políticas públicas inclusivas, abarcando todo o espectro de mulheres vulnerabilizadas.

Vale dizer, mais efetivo do que criminalizar é exigir uma atuação estatal no sentido de aprimorar os serviços públicos de saúde reprodutiva e sexual,

²⁴ Adota-se a expressão “aborto tardio” nesse artigo para se referir procedimento realizado após a 22.ª semana de gestação.

²⁵ De acordo com o art. 2.º da Lei n.º 9.263/1996, “entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”.

qualificando profissionais e equipes médicas específicas e multidisciplinares, ampliando o acesso às redes de saúde para regiões não contempladas por esses serviços, desenvolvendo a educação sexual e o planejamento familiar, dentre outras medidas.

A Constituição Federal de 1988 determina que o direito à saúde seja garantido mediante acesso universal e igualitário aos serviços destinados à sua promoção (arts. 196 a 200), o que depende do reconhecimento de necessidades específicas em relação à saúde sexual e reprodutiva. Diversos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Estado brasileiro é signatário garantem o direito à saúde, à vida privada e à autodeterminação das mulheres, diante do que o Brasil assumiu o compromisso de cumprimento dessas normas e de sua não violação.

Neste sentido, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, estabelece a obrigação dos Estados signatários de eliminar a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, garantindo-lhe igualdade de acesso aos serviços de saúde, inclusive os referentes ao planejamento familiar (artigo 12).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará (OEA), de 1994, define violência contra a mulher como qualquer ato baseado em gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico contra a mulher, no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, inclusive pelo Estado e seus agentes (artigo 2.º).

O Comitê dos Direitos da Criança (CRC) da ONU, no Comentário Geral 0433, dispõe que os Estados devem adotar medidas para reduzir a mortalidade materna das meninas e adolescentes, produzida especialmente pela gravidez e pelas práticas de aborto inseguras (item 31). O documento recomenda a implementação de programas que proporcionem acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o aborto seguro, quando este não for proibido por lei (item 31, a).

A Observação Geral n.º 36 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, sobre o artigo 6º, relativo ao direito à vida, consigna que os Estados devem adotar medidas destinadas a regulamentar a interrupção da gestação, que não resultem em violação ao direito à vida das mulheres, assim como não consubstancie tratamento desumano, degradante e cruel, de modo que as restrições jurídicas que limitem o aborto não podem colocar a vida das mulheres em risco, tampouco as expor a dores ou sofrimento físicos ou psíquicos.

Por fim, a Agenda 2030, a qual os Estados-membros da ONU se comprometeram a adotar, engloba os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); o objetivo 3, meta 3.7, é assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Ao assumir esses compromissos internacionais, o Estado brasileiro comprometeu-se a tomar medidas legislativas ou executivas adequadas aos fins estabelecidos, para promover e proteger os direitos sexuais e reprodutivos das meninas e mulheres, a partir da perspectiva da saúde pública, e não da criminalização de condutas.

Ao impor penas severas e desproporcionais para a prática de aborto após a 22.^a semana, o Projeto de Lei n.º 1904/24 contraria as normas e diretrizes estabelecidas pelos organismos e tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro é signatário, sobretudo porque essa restrição descomunal ao direito à saúde e à autonomia reprodutiva das mulheres configura uma forma grave de discriminação.

De tudo, constata-se que os direitos das mais afetadas pela proposta legislativa não foram considerados, o que repercute negativamente em um cenário de revitimização e de novas violações de direitos humanos. Nesse viés, a criminalização do aborto nos termos propugnados pelo Projeto é medida *desnecessária*, uma vez que, além de inefetiva para os fins a que se propõe, impõe

encargos desproporcionais às pessoas mais vulnerabilizadas, em violação à igualdade.

Desproporcionalidade em Sentido Estrito

Ainda que o meio escolhido seja *adequado* e *necessário* para promover determinado direito fundamental, deve-se ponderar a importância de satisfazê-lo frente à intensidade da restrição ao direito atingido que com ele colide. Assim, não será considerada *proporcional em sentido estrito* a medida cujos fundamentos não justifiquem a limitação aos direitos com ela colidentes.²⁶

Conforme exposto nas seções anteriores, a repressão penal tem se mostrado um meio ineficiente na redução da prática do aborto e tem sua parcela de contribuição na morte de diversas mulheres que o realizam de modo inseguro. Por outro lado, o agravamento da pena daquela que realiza o abortamento após a 22.^a semana viola severamente direitos das meninas, mulheres e pessoas que gestam, sendo que outras medidas estatais adequadas e menos gravosas poderiam ser adotadas.

Nesse tópico, cumpre analisar se a intensidade da restrição a esses direitos se justifica perante a finalidade proposta pelo Projeto de Lei n.º 1904/24, qual seja, a de preservar a vida intrauterina da prática do aborto a partir da 22.^a semana em qualquer hipótese, ainda que a gravidez tenha decorrido de estupro.

A importância de se proteger a vida intrauterina é evidente. Isso não significa, porém, que essa proteção possa se sobrepor à vida em si mesma da mulher que a gera. Como bem expõe a Ministra Rosa Weber, relatora da ADPF n.º 442 – que debate a descriminalização do aborto até 12.^a semana de gestação – não há referência em qualquer passagem do texto constitucional aos não nascidos, seja na condição de embrião ou de feto. Destaca a Ministra que todo o sistema de proteção da ordem social, referente à família, criança, adolescente e idoso (Capítulo VII) supõe a pessoa humana nascida como titular dos direitos fundamentais garantidos, sem qualquer ressalva ao nascituro ou embrião. Então, conclui que “*tais inferências*

²⁶ SILVA, L. V. A. O proporcional e o razoável. Op. cit.

*interpretativas permitem afirmar o propósito do texto constitucional em afastar qualquer compromisso com a tese do direito à vida desde a concepção”.*²⁷

No âmbito infraconstitucional, o art. 2.º do Código Civil (2002) determina que a lei ponha a salvo os direitos do nascituro, mas estabelece que “a *personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida*”.

O Código Penal (1940), desde a sua redação originária, afasta a ilicitude da conduta na prática do aborto em gestação decorrente de estupro (art. 128, II, CP), mesmo que o feto seja plenamente viável e sem qualquer restrição temporal. Portanto, em tal circunstância a opção do legislador foi pela prevalência dos direitos da mulher quando ponderados com a proteção da vida intrauterina.

Nesse tocante, vale a alusão a um dos pontos arguidos na justificativa do Projeto de Lei n.º 1904/24, que sustenta que o direito à vida merece proteção desde a concepção, porquanto o aborto é tipificado no Código Penal no Capítulo “*Dos crimes contra a vida*”. Esse argumento não procede, pois além da topografia do crime não se tratar de elemento determinante na delimitação do bem jurídico tutelado, não é a intervenção penal que define o âmbito de proteção de um direito. É justamente o contrário: a definição constitucional dos direitos é que serve de parâmetro de controle da intervenção penal, a fim de considerá-la compatível ou não com a Constituição²⁸.

Desse modo, o argumento do direito à vida desde a concepção como fundamento para a imposição de restrições severas à prática do aborto – como propõe no PL n.º 1904/24 – não encontra suporte jurídico no desenho constitucional brasileiro, o qual não iguala a proteção do feto à vida das pessoas nascidas.

²⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 Distrito Federal**. Relator: Min. Rosa Weber. Brasília, 22 set. 2023, p. 21. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1>. Acesso em: 20 jul. 2024.

²⁸ Esse raciocínio é trazido no voto da Ministra Rosa Weber, relatora da ADPF n.º 442/DF: “Do mesmo modo, inaplicável o argumento da proteção do direito à vida desde a concepção, com fundamento na legislação penal, porquanto tipificado no Código Penal o aborto como crime contra a vida, o que significaria a escolha legislativa pela tutela da vida humana em potencial. E por uma razão lógica. A intervenção estatal, por meio da tutela penal, não define por si só o âmbito de proteção do direito fundamental. A relação normativa é inversa, porquanto o direito fundamental, no marco do bloco de constitucionalidade, é que serve de parâmetro de controle e como fator limitante da atuação penal, justificando-a ou não” (Ibidem, p. 26).

Sob a perspectiva internacional, igualmente não se visualiza a imposição de um posicionamento concepcionista na proteção do direito à vida. Embora se alegue na justificativa do Projeto de Lei que a Convenção Americana de Direitos Humanos, em seu art. 4.º, incorpora a noção da existência do direito à vida desde a concepção ordenamento brasileiro, tal invocação parte de uma interpretação equivocada do dispositivo.

No Relatório n.º 23/81, elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no caso 2141, *Baby Boy vs. Estados Unidos*, a Comissão refutou a ideia de que o dispositivo em questão tivesse a finalidade de proteger a existência da vida desde a concepção em prejuízo de outros direitos igualmente assegurados pela Convenção. A adoção da expressão “*em geral*” constante do artigo 4º da CADH, segundo o Relatório, funciona como uma cláusula de abertura para dar aos Estados liberdade de conformação decisória a respeito da interrupção da gestação, com a finalidade de compatibilizar com as possibilidades legais de aborto então previstas em algumas legislações internas dos países americanos.

Esse posicionamento também se verifica na jurisprudência da Corte Interamericana. Ao analisar os limites semânticos do artigo 4.º da Convenção, a Corte definiu que o alcance do artigo 4.1. não expressa a natureza de direito absoluto, de modo que a proteção do direito à vida é gradual e incremental, conforme seu desenvolvimento, cabendo exceções para fins de proteção do direito à saúde das gestantes. É o que extrai dos casos *Artavia Murillo e outros vs. Costa Rica*,²⁹ *Senhora Beatriz vs. El Salvador*,³⁰ *Senhora I.V vs. Bolívia*³¹ e *Manuela vs. El Salvador*.³²

²⁹ OEA. Corte IDH. Sentença. Caso Artavia Murillo y otros (Fecundación in vitro) Vs. Costa Rica, 28 de novembro de 2012. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_257_ing.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

³⁰ OEA. CIDH. Informe de Admissibilidade nº 120/17, petição 2003-13 (Caso Beatriz vs. El Salvador); 2017. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2017/ESAD2003-13ES.pdf>. Acesso em 20 jul. 2024.

³¹ OEA. Corte IDH. Sentença. Caso I.V. vs. Bolívia. 30 de novembro 2016. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_329_esp.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

³² OEC. Corte IDH. Sentença. Caso Manuela y Otros vs. El Salvador. 02 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_441_esp.pdf Acesso em 20 jul. 2024.

Especialmente no caso *Artavia Murillo e outros vs. Costa Rica*, a Corte elucidou que o objeto direto de proteção do referido dispositivo convencional seria “*fundamentalmente, a mulher grávida, em vista de que a defesa do não nascido se realiza essencialmente através da proteção da mulher*”.³³ Ponderou que a ideia de concepção não pode estar dissociada do corpo da mulher, pois é através dele que o embrião se desenvolve, não sendo factível que este último, por si só, seja considerado titular de direitos na mesma medida que um indivíduo já nascido. Ressaltou que “*as tendências de regulamentação no Direito Internacional não levam à conclusão de que o embrião seja tratado de maneira igual a uma pessoa ou que tenha um direito à vida*”.³⁴

Desse modo, o texto constitucional brasileiro, assim como o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, não adota a tese do direito à vida desde o momento da concepção; antes, enseja uma interpretação mais protetiva dos direitos fundamentais das mulheres, particularmente os sexuais e reprodutivos, em comparação aos interesses do embrião ou feto.

Outrossim, importa resgatar a noção de vedação do retrocesso social, corolário da máxima eficácia e efetividade das normas de direitos fundamentais e da segurança jurídica, da proteção da confiança, assim como da própria dignidade da pessoa humana.³⁵ Essa categoria funciona como vetor na manutenção dos direitos alcançados pela sociedade e espécie de limitação imposta na propositura de novas leis, no sentido de que, após ter emanado uma norma para realizar um direito fundamental, é interdito ao legislador revogá-la, de modo a restaurar ou causar piora no estado de coisas anterior.³⁶ Vale dizer: uma vez criados determinados direitos, o Estado não pode retroagir e deve abster-se de aboli-los, cumprindo o dever de preservá-los e torná-los efetivos.

³³ OEA. Corte IDH. Sentença. Caso *Artavia Murillo y otros (Fecundación in vitro) Vs. Costa Rica*. Op. cit., p. 68.

³⁴ *Ibidem*, p. 78.

³⁵ SARLET, I. W.. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

³⁶ *Ibidem*;

O Código Penal, desde sua redação originária de 1940, autoriza o aborto em caso de gravidez decorrente de estupro ou que cause risco de morte para proteger os direitos à saúde e à vida da gestante. Além destas, no julgamento na ADPF n.º 54, em 30/04/2013, a Suprema Corte estabeleceu uma terceira hipótese de aborto admitido, ao declarar inconstitucional a interpretação de que a interrupção de gravidez de feto anencéfalo seria conduta tipificada no Código Penal. O Projeto de Lei n.º 1904/24, ao impor restrições desproporcionais a esses permissivos, configura retrocesso nas garantias mínimas de proteção da dignidade sexual e do direito à vida e à igualdade de meninas, mulheres e pessoas gestantes.

Além disso, ao equiparar a vida intrauterina à de uma pessoa nascida para fins de criminalização, o Projeto de Lei vai na contramão de diretrizes nacionais e internacionais sobre o tema, que emolduram um caráter matizado do direito à vida do feto ou embrião, na medida em que isso não constitua ônus desproporcional às meninas, mulheres e pessoas gestantes.

Nesse sentido, a Norma Técnica “*Atenção Humanizada ao Abortamento*”, do Ministério da Saúde, afirma que em todos os casos de aborto legal “*a atenção à saúde da mulher deve ser garantida prioritariamente*”.³⁷ Desse modo, enuncia que o aborto seguro nas razões previstas em lei constitui direito da mulher que deve ser respeitado e garantido pelos serviços de saúde, sem preconceitos, estereótipos ou discriminações que possam negar ou desumanizar o atendimento.

Ainda, por meio da Nota Técnica Conjunta n.º 37/2023-SAPS/SAES/MS e das Informações n.º 00065/2023/CONJURMS/CGU/AGU,³⁸ o Ministério da Saúde foi expresso ao afirmar que, nos casos previstos em lei, as gestantes devem ter acesso a cuidados médicos seguros e legais independentemente do estágio da gravidez. Informou que removeu de sua plataforma o documento intitulado “*Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento*”, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2022, que promovia a adoção de barreiras

³⁷ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. Área Técnica de Saúde da Mulher. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

³⁸ Disponível em: https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2024/02/29/nota-tecnica-conjunta-no-37_2023-saps_saes_ms-2.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

organizacionais no acesso ao aborto legal, especialmente nos casos de gravidez com tempo gestacional superior a 20 semanas.

Impor às vítimas de violência sexual que buscam os serviços de saúde com gravidez mais avançada (acima de 22 semanas) – em decorrência de fatores já abordados – a obrigatoriedade de manter a gravidez até o fim para depois entregar a criança para doação representa uma grave violação de direitos humanos, com caracterização de tratamento desumano e degradante.

A Organização Mundial da Saúde, em guia intitulado “*Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde*”, destacou que o tempo gestacional é relevante apenas para a “*escolha do método de abortamento mais apropriado*”.³⁹ Nesse documento, a OMS associa a limitação conforme tempo gestacional para o acesso ao aborto induzido a um aumento da mortalidade materna e a desfechos negativos de saúde, sendo as mais afetadas as mulheres e meninas vulneráveis, na linha do que já se expôs anteriormente neste artigo.

Outrossim, no âmbito da Suprema Corte brasileira, recentemente o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1141/DF contra a Resolução n.º 2.378/2024, do Conselho Federal de Medicina, que “*regulamenta o ato médico de assistolia fetal, para interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei oriundos de estupro*”. Em 17/05/2024, o Ministro Alexandre de Moraes, em sede cautelar, suspendeu os efeitos da Resolução. Constatou na decisão:

O Conselho Federal de Medicina aparentemente se distancia de standards científicos compartilhados pela comunidade internacional, [...] impondo tanto ao profissional de medicina, quanto à gestante vítima de um estupro, uma restrição de direitos não prevista em lei, capaz de criar embaraços concretos e significativamente preocupantes para a saúde das mulheres.⁴⁰

³⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Abortamento seguro**: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. 2ª ed. Genebra: OMS; 2013, p. 31.

⁴⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1141 Distrito Federal**. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 20 mai. 2024, p. 7. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/download-Peca.asp?id=15367108450&ext=.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024

Efetivamente, ao privar as vítimas de violência sexual do acesso ao melhor tratamento em saúde nas hipóteses permitidas por lei, limitando a excludente de ilicitude aos casos de gravidez com menos de 22 semanas, o Projeto de Lei nº 1904/24 consolida um cenário de manutenção compulsória dessas gestações.

A prolongação de uma gestação indesejada, sobretudo em casos de violência sexual, é considerada uma forma de revitimização diante da continuidade da violência. A depender das circunstâncias, pode se equiparar a uma situação de tortura e tratamento cruel, desumano e degradante, uma vez que submete a gestante a intenso sofrimento psíquico e emocional, não exigido para qualquer outra pessoa.

Ressalta-se que diversos mecanismos que monitoram o cumprimento de tratados internacionais como o Comitê de Direitos Humanos (PIDCP), o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), recomendam a eliminação de barreiras que obstruam o acesso das mulheres à saúde sexual e reprodutiva, em especial nos casos de vítimas de violência sexual, de modo que a negação ou o atraso na garantia do aborto seguro constitui violência de gênero.⁴¹

Impor a continuidade da gravidez a partir de determinado marco temporal, sem buscar compreender as particularidades da realidade experimentada pelas gestantes, representa forma de violência institucional contra a integridade física e psíquica das mulheres, na medida em que as coloca como mero objeto – e não sujeito – das decisões do Estado e dos ideais morais pautados na máxima de que devem sacrificar a si mesmas em nome da reprodução.

Enfim, o Projeto de Lei n.º 1904/2024, não só é *inadequado* e *desnecessário* – o que já bastaria para afirmar a sua inconstitucionalidade –, mas também é *desproporcional em sentido estrito*. Seus fundamentos não justificam a intensa

⁴¹ COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL. Câmara dos Deputados. **Apresentação do REQ n.º 59/2024 (Requerimento) no Projeto de Lei nº 1.904/2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em 20 jul. 2024.

restrição que propõe à dignidade da pessoa humana, à liberdade, à igualdade, à proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, à saúde e ao planejamento familiar e aos direitos sexuais e reprodutivos das meninas, mulheres e pessoas que gestam desse país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma onda neoconservadora estruturada por atores de setores religiosos e da direita conservadora do país, em reação aos avanços de pautas progressistas em matéria de sexualidade e reprodução, formou-se no Legislativo brasileiro uma frente compartilhada voltada a restaurar e fortalecer o imagético de seus propositores de “*família tradicional brasileira*”, para o qual a legalização do aborto se afigura como prática inadmissível em qualquer hipótese.

A edição do Projeto de Lei n.º 1904/24 se insere nesse contexto, visando a promover alterações ao Código Penal para equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples (art. 121, CP), inclusive nas hipóteses atualmente permitidas na legislação penal brasileira, isto é, nos casos de gravidez resultante de estupro.

Esse projeto vem na mesma linha de outras propostas legislativas que alegam estar embasadas na intenção de proteger com mais efetividade a vida humana, mas em verdade visam a cercear direitos de mulheres com amparo em pautas moralistas que caminham na contramão de postulados democráticos de direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Paralelamente ao Projeto em estudo neste artigo, recentemente a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou projeto de emenda à Constituição que propõe alteração no art. 5º a fim de incluir previsão de inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, reforçando o risco de eliminação das atuais hipóteses de aborto legalmente admitidas na legislação penal.⁴²

⁴² CCJ aprova admissibilidade de proposta que garante direito à vida para fetos e impede aborto legal. Portal Câmara dos Deputados, 27/11/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1114922-ccj-aprova-admissibilidade-de-proposta-que-garante-direito-a-vida-para-fetos-e-impede-aborto-legal>. Acesso em 02 dez. 2024.

Ante o evidente cenário de colisão de direitos, este breve estudo se propôs a examinar a constitucionalidade do Projeto de Lei a partir da regra da proporcionalidade de Robert Alexy.

Sob a perspectiva da *adequação*, constata-se que a imposição de restrições legais de natureza penal ao aborto não reduz a sua incidência. Na verdade, a criminalização e/ou o agravamento da pena pela prática após a 22ª semana de gestação, proposta pelo PL em questão, contribui para o aumento dos riscos associados aos procedimentos clandestinos e inseguros, colocando em perigo a vida e a saúde das gestantes. Isso porque as priva, especialmente as mais vulneráveis, de acesso a procedimento seguro, acentuando ainda mais as desigualdades que assolam a sociedade brasileira.

O Projeto de Lei n.º 1.904/24 também é *desnecessário*, pois há outros meios menos gravosos para assegurar os fins anunciados pela proposta legislativa, os quais são recomendados pelos tratados e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e por diretrizes nacionais, que não incluem criminalização. Essa restrição descomunal proposta pelo PL configura forma grave de discriminação, pois não busca compreender as particularidades da realidade experimentada pelas gestantes e os diversos fatores que levam à realização do procedimento de forma tardia, simplesmente impondo ideais morais pautados na máxima de que as mulheres devem sacrificar a si mesmas em nome da reprodução.

Ainda, o Projeto não só é *inadequado* e *desnecessário* – o que já bastaria para afirmar a sua inconstitucionalidade –, mas também é *desproporcional em sentido estrito*, uma vez que seus fundamentos não justificam a intensa restrição que provoca à dignidade da pessoa humana, à liberdade, à igualdade, à proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, à saúde e ao planejamento familiar e aos direitos sexuais e reprodutivos das meninas, mulheres e pessoas que gestam desse país.

Se os parlamentares que propuseram e apoiam o PL estiverem realmente preocupados em reduzir os números de abortos – e não em mera autopromoção eleitoral por meio da promulgação de um conjunto de supostos valores morais e

religiosos estritos –, seria verdadeiramente efetivo e menos ofensivo aos direitos de gestantes apresentar propostas de políticas públicas de acesso a contraceptivos seguros e eficazes e a outros serviços públicos de planejamento familiar, bem como à educação sobre saúde sexual e reprodutiva. Mas isso seus proponentes e apoiadores são contra, pois “vão sexualizar nossas crianças”, como afirmou um Deputado do partido proponente do PL n.º 1.904/24.⁴³

Por essas razões, o estudo realizado conclui pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n.º 1.904/24.

⁴³ Ver em MENEZES, M; FERRAZ, R. Ala conservadora do Congresso tenta barrar volta da educação sexual. **Veja**, 4 de junho de 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ala-conservadora-do-congresso-tenta-barrar-volta-da-educacao-sexual>. Acesos em 20 jul. 2024.

REFERÊNCIAS

AUDI, A. A saga de uma vítima de violência para conseguir o aborto legal. **Agência Pública**, 07 de março de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/a-saga-de-uma-vitima-de-violencia-para-conseguir-o-aborto-legal/>. Acesso em 20 jul. 2024.

AZEVEDO, V.; HOLANDA, M. 'Se não quiserem votar esse, votamos o Estatuto do Nascituro', diz autor de PL Antiaborto por Estupro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 de junho de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/06/autor-do-pl-antiaborto-por-estupro-diz-que-proposta-vai-a-voto-mas-parlamentares-recuam-apos-pessao.shtml>. Acesso em 20 jul. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.904, de 17 de maio de 2024**. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 Distrito Federal**. Relator: Min. Rosa Weber. Brasília, 22 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1141 Distrito Federal**. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 20 mai. 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15367108450&ext=.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BOMFIM, V. V. B. S; et al. Mortalidade por aborto no Brasil: Perfil e evolução de 2000 a 2020. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 7, p. 01-08, 2021.

CARMO, W. Quem é Sóstenes Cavalcante, autor do PL que equipara o aborto legal ao homicídio. **Carta Capital**, 13 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-sostenes-cavalcante-autor-do-pl-que-equipara-o-aborto-legal-ao-homicidio/>. Acesso em 20 jul. 2024.

CCJ aprova admissibilidade de proposta que garante direito à vida para fetos e impede aborto legal. Portal **Câmara dos Deputados**, 27/11/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1114922-ccj-aprova-admissibilidade-de->

proposta-que-garante-direito-a-vida-para-fetos-e-impede-aborto-legal. Acesso em 02 dez. 2024.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL. Câmara dos Deputados. **Apresentação do REQ n.º 59/2024 (Requerimento) no Projeto de Lei nº 1.904/2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em 20 jul. 2024.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**, University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989.
COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DA SILVA, C. O. P. Por uma dogmática constitucional feminista. **Suprema: Revista de Estudos Constitucionais**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-189, jul./dez. 2021, p. 165-166.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Cien. Saúde Coletiva**, v.22, n.2, p. 653-660, 2017.

FACHIN, M. G. Projeto do aborto: mil passos para trás nos direitos reprodutivos da mulher. **Estadão**, 15 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/projeto-do-aborto-mil-passos-para-tras-nos-direitos-reprodutivos-da-mulher/>. Acesso em 20 jul. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 20 jul. 2024.

GUIMARÃES, P.; LARA, B.; DIAS, T.. 'Suportaria ficar mais um pouquinho?'. **The Intercept Brasil**, 20 de junho de 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>. Acesso em 20 jul. 2024.

JACOBS, M. G.; BOING, A. C.. O que os dados nacionais indicam sobre a oferta e a realização de aborto previsto em lei no Brasil em 2019? **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 12, p. 1678-4464, 20 dez. 2021.. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/csp/a/KBWbtPcQww6KYSSGhYJ9YxG/?lang=pt#>. Acesso em 20 jul. 2024.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora ZOUK, 2019.

LEAL, M. C.; et al. Protocolo do Nascer no Brasil II: Pesquisa Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento, **Cadernos de Saúde Pública**, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2024.v40n4/e00036223/pt>. Acesso em 20 jul. 2024.

MADEIRO, A. P.; DINIZ, D. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 563-572, fev. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015212.10352015>. Acesso em 20 jul. 2024.

MARRAFON, M. **Hermenêutica, Sistema Constitucional e Aplicação do Direito**. 2.^a ed. Florianópolis: EMais, 2018.

MENEZES, M; FERRAZ, R. Ala conservadora do Congresso tenta barrar volta da educação sexual. **Veja**, 4 de junho de 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ala-conservadora-do-congresso-tenta-barrar-volta-da-educacao-sexual>. Acesso em 20 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. Área Técnica de Saúde da Mulher. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

MORI, L. As falhas em rede de proteção à infância no caso da menina de 12 anos grávida pela 2^a vez. **BBC News**, 14 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articulas/ce57yx0p70mo#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20deste%20m%C3%AAs%2C%20um,foi%20cometido%20por%20um%20tio>. Acesso em 20 jul. 2024.

MOURA, L. Menina de 11 anos faz aborto legal após ser estuprada por padrasto no Piauí: 'ela queria sua vida de volta', diz conselheira. **G1**, 05 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/05/05/menina-de-11-anos-faz-aborto-legal-apos-ser-estupradapor-padrasto-no-piaui-ela-queria-sua-vida-de-volta-diz-conselheira.ghtml>. Acesso em 20 jul. 2024.

OEA; CIDH; Relatório nº. 23/81; Caso 2141 (Caso Baby Boy y Otros Vs. Estados Unidos). 1981.

OEA. CIDH. Informe de Admissibilidade nº 120/17, petição 2003-13 (Caso Beatriz vs. El Salvador); 2017. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2017/ESAD2003-13ES.pdf>. Acesso em 20 jul. 2024.

OEA. Corte IDH. Sentença. Caso Artavia Murillo y otros (Fecundación in vitro) Vs. Costa Rica, 28 de novembro de 2012. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_257_ing.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

OEA. Corte IDH. Sentença. Caso I.V. vs. Bolívia. 30 de novembro 2016. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_329_esp.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

OEC. Corte IDH. Sentença. Caso Manuela y Otros vs. El Salvador. 02 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_441_esp.pdf Acesso em 20 jul. 2024.

OEA (2019). **Violencia y discriminación contra mujeres, niñas y adolescentes**: buenas prácticas y desafíos en América Latina y en el Caribe. Informe Temático. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaMujeresNNA.pdf>. Acesso em 20 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Abortamento seguro**: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. 2ª ed. Genebra: OMS; 2013.

PIOVESAN, F.; FACHIN, M.G. **Diálogos sobre o feminino**: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do Sistema Interamericano. In: NOWAK, Bruna (org.). Constitucionalismo feminista. Salvador: JusPodivm, 2018, pp. 167-194.

SARLET, I. W.. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SILVA, L. V. A. O proporcional e o razoável. **RT**, São Paulo, ano 91, n. 798, p. 23-50, abr. 2002.

WHO (2022). **Abortion care guideline**. World Health Organization. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/349316/9789240039483-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 jul. 2024.

XAVIER, L. G. Projeto sobre aborto será debatido por comissão no segundo semestre, afirma Lira. **Agência Câmara de Notícias**, 18 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1074439-PROJETO-SOBRE-ABORTO-SERA-DEBATIDO-POR-COMISSAO-NO-SEGUNDO-SEMESTRE,-AFIRMA-LIRA>. Acesso em: 20 jul. 2024.